

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

2017



Identificação Geral

Composição Acionária	4
1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:	5
2. Atividades desenvolvidas e políticas públicas.....	8
3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas.....	11
4. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas.	13
5. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco.....	14
6. Fatores de risco	16
7. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	17
8. Políticas e práticas de governança corporativa.....	18
9. Descrição da composição e da remuneração da administração	19

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA

Em atendimento ao art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei 13.303/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

Identificação Geral

CNPJ: 04.902.979/0001-44

NIRE: 15300005132

Sede: Belém/Pará

Tipo de estatal: Sociedade de economia mista.

Acionista controlador: União

Tipo societário: Sociedade anônima.

Tipo de capital: Aberto

Abrangência de atuação: Regional

Sector de atuação: Financeiro.

Diretor Financeiro ou de Relações com Investidores:	Diretor Luiz Petrônio Nunes Aguiar, Telefone: (91) 4008-3535 Email: luiz.aguiar@bancoamazonia.com.br
Auditores Independentes atuais da empresa:	Empresa KPMG Auditores Independentes Marcelo Faria Pereira (Contador) Telefone: (91) 3321.0150 Email: MFPereira@kpmg.com.br
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:	Carlos Augusto Moreira Araújo
	Ivandrê Montiel da Silva
	Fábio Ribeiro Servo
	Alexandre Pedercini Issa
	Wilson Carvalho da Silva Júnior
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:	Marivaldo Gonçalves de Melo
	Francimar Rodrigues Maciel
	Luiz Petrônio Nunes Aguiar
	Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
	Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
	Valdecir José de Souza Tose

Composição Acionária

30.06.2017			30.06.2016 (*)	
	Ações	% Total	Ações	% Total
UNIÃO	28.605.157	96,5%	2.865.776.929	96,7%
Administração Direta - Ministério da Fazenda	15.119.443	51,0%	1.511.944.349	51,0%
Administração Indireta	13.485.714	45,5%	1.353.832.580	45,7%
BB FGEDUC	10.429.501	35,2%	1.045.386.681	35,3%
BB FGO - Fundo de Investimentos em ações	3.056.213	10,3%	308.445.899	10,4%
DEMAIS	1.040.810	3,5%	98.819.833	3,3%
TOTAL	29.645.967	100,0%	2.964.596.762	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

(*) Os valores em 30.06.2016 consideram a quantidade de ações antes do grupamento.



Políticas Públicas e Governança Corporativa

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos I, III e VIII, exige explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas por sociedade de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

O Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, sob controle do governo brasileiro, por meio do Ministério da Fazenda, tem como atribuições (objetivos sociais) previstas no artigo 2º de seu Estatuto Social as seguintes:

- Executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico social;
- Prestar serviços e realizar todas as operações inerentes à atividade bancária; e
- Exercer as funções de agente financeiro dos órgãos regionais federais de desenvolvimento.

Os objetivos sociais constantes no Estatuto Social do Banco estão substancialmente aderentes às atribuições determinadas pela Lei 5.122, de 28.09.1966, que dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A. – em que pese algumas mudanças institucionais não refletidas em atualização da lei – da qual transcrevemos seu artigo 1º, para denotar a centralidade do Banco da Amazônia na articulação e operacionalização da política de desenvolvimento regional e políticas públicas correlatas:

Art. 1º O Banco de Crédito da Amazônia S. A., instituição financeira pública, nos termos do art. 22 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a denominar-se Banco da Amazônia S. A., com as seguintes atribuições:

- a) executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;
- b) efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestação de quaisquer garantias e especialmente as operações direta ou indiretamente relacionadas com as atividades industriais, comerciais e produtoras da Região Amazônica;
- c) [...]
- d) atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor;
- e) [...]
- f) executar os serviços bancários de quaisquer órgãos federais, inclusive autarquias, nos termos do item II do art. 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nas localidades da Região Amazônica onde o Banco do Brasil S. A. não disponha de agências.

As atribuições da autorização legislativa e do Estatuto Social do Banco da Amazônia estão claramente sintetizadas nas declarações estratégicas do Banco para o período de 2017-2021, notadamente em sua missão: *“Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes”*.

Do exposto, o Banco da Amazônia ao desempenhar suas atribuições e buscar os seus objetivos sociais, cumpre papel social relevante, imprescindível e, conforme determinação constitucional, contribui no combate às desigualdades socioeconômicas, inter-regionais e intrarregionais, dando suporte às políticas públicas, através do acesso a produtos e serviços bancários com custos subsidiados e com capilaridade diferenciada.



2. Atividades desenvolvidas e Políticas públicas

O Banco da Amazônia é o principal agente do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica. Dentre as iniciativas do Governo Federal, destacam-se o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, conhecido como “Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social”; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e, as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura.

Para cumprir sua missão institucional de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica, o Banco utiliza várias fontes de recursos – opera com exclusividade o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e, de forma compartilhada com outras instituições financeiras

nacionais, os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Orçamento Geral da União (OGU) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Mais informações sobre as fontes de recurso de fomento estão disponíveis no Relatório de Gestão do Banco, constante no site <https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml;jsessionid=g3AlUVDYbDdZ9q4oyVpWTug.host1d1:econtasWeb>.

Além de sua atuação no fomento, o Banco da Amazônia também atua na área comercial, por meio de produtos e serviços voltados para os segmentos Pessoa Física e Pessoa Jurídica. As contas são do tipo: corrente, poupança e simplificada e os serviços são oferecidos em diversos meios, tais como: agências, postos de atendimento, internet, autoatendimento e Banco24Horas, além de múltiplos serviços financeiros, tais como: cobrança, arrecadação de tributos e Débito Direto Autorizado (DDA). O Banco realiza empréstimos e financiamentos, vende seguros, títulos de capitalização, títulos de férias, serviços turísticos e de previdência privada, dentre outros. Possui cartão de crédito, em convênio com a Caixa Econômica Federal.

Deste modo, ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia, também evolui enquanto instituição de crédito, contribuindo, por exemplo, para a transformação de matérias-primas da região em produtos de alta tecnologia; de potenciais turísticos em produtos turísticos; e de vocações culturais regionais em negócios internacionais, resultando na geração de emprego e renda na Amazônia e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Ambiente de atuação e modelo de negócios

A atuação do Banco abrange toda a Amazônia Legal Brasileira, que representa 60% (5.088.668,5 km²) do território nacional e é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. O Banco da Amazônia possui pontos de atendimento distribuídos em dez unidades da Federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, sendo que a jurisdição dos pontos de atendimento está distribuída de forma a abranger 100% dos municípios da Amazônia Legal.

Para atender os clientes com maior eficácia, assim como conquistar segmentos com grande potencialidade, além de outros pouco explorados, a estratégia utilizada pelo Banco da Amazônia para direcionar as suas ações é o modelo de segmentação de mercado.

Para gerir o relacionamento com os clientes, o Banco da Amazônia possui áreas exclusivas de negócios tanto na Direção Geral como nas Agências, voltadas para os segmentos: pessoa física, inclusive agricultura familiar e microfinanças e pessoa jurídica, as quais atuam na geração de receitas e no crescimento e desenvolvimento para a região.

A segmentação é a ação estratégica adotada pelo Banco da Amazônia para aumentar a interação com os clientes, a melhoria do portfólio de produtos e serviços, o acompanhamento sistemático de indicadores de desempenho e de resultados, principalmente voltados para o controle da carteira de ativos e geração de novos negócios, a atuação direcionada para novos nichos de mercado, gerando excelente oportunidade de bons e rentáveis negócios para o Banco e a Região.

3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

A atuação do Banco da Amazônia está pautada no compromisso estratégico da Instituição com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, sendo que como agente parceiro no desenvolvimento da Amazônia e executor das políticas/ações do Governo Federal para a Região, é responsável por algumas iniciativas elencadas no Plano Plurianual do Governo Federal, tais como: concessão de crédito para agricultores familiares; concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região Norte; concessão de crédito para promoção e desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter-regionais; concessão de crédito aos produtores rurais da Região Norte pelo Banco da Amazônia, abrangendo recursos direcionados do FNO; e concessão de crédito ao médio produtor rural da Região Norte ao amparo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), dentre outras iniciativas.

Os financiamentos concedidos pelo Banco da Amazônia, por meio das fontes de recursos disponíveis, têm contribuído, decisivamente, para a redução do êxodo rural, a criação de novas oportunidades de trabalho, a mitigação da pobreza, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, o incremento do valor bruto da produção (VBP) e do PIB regionais, a elevação da arrecadação tributária estadual e a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais, entre outros benefícios.

Deve-se observar que o Banco da Amazônia apoia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional das matérias primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, busca a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar; o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com o Governo Federal e governos estaduais e outras Instituições, visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Desta forma, o Banco da Amazônia reitera o compromisso de aderência ao PPA e às políticas públicas decorrentes, através do Plano de Aplicação Anual de Recursos do FNO e de todas as fontes, que representa importante ferramenta estratégica na condução da política de crédito da Instituição. A finalidade precípua dos Planos de Aplicação dos Recursos é orientar a atuação do Banco da Amazônia na região visando o alcance da máxima eficiência na alocação dos recursos sob sua gestão e, assim, cumprir sua missão institucional, contribuindo para a inclusão social, a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a minimização das desigualdades inter e intrarregionais.

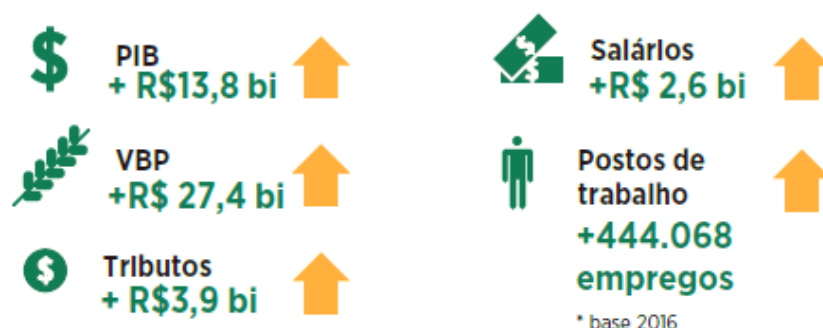
Mais informações acerca do Plano de Aplicação de Recursos do Banco da Amazônia podem ser consultadas no site institucional, no endereço www.bancoamazonia.com.br.

4. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas.

Para estimar os impactos econômicos e sociais que os financiamentos realizados pelo Banco têm sobre o desenvolvimento, o Banco da Amazônia utiliza-se da Matriz de Insumo-Produto, a fim de dimensionar os efeitos, em termos de benefícios gerados, para o agregado da economia.

A partir dessa avaliação, realizada periodicamente, é possível observar que os investimentos financiados com recursos das diversas fontes de fomento operacionalizadas pelo Banco impactam de forma positiva na economia nacional. A concessão de créditos de fomento promove elevação da renda, dos salários, da arrecadação de tributos e do produto, tanto nas regiões onde se efetivam os investimentos, quanto naquelas com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, através do efeito transbordamento. Em 2016, o Banco aplicou, nos nove estados da Região Amazônica, o montante de R\$ 2,8 bilhões, os quais, através de seus efeitos multiplicadores possuem potencial para incrementar em R\$ 27,4 bilhões o Valor Bruto da Produção brasileira, além de promover a expansão de R\$ 13,8 bilhões do PIB.

Impactos estimados das contratações de fomento do Banco da Amazônia sobre a economia- Exercício 2016



Fonte: Banco da Amazônia

O crédito de fomento também traz retornos significativos para as contas públicas, uma vez que o montante estimado de tributos oriundos dos negócios (compra/venda/contratações) necessários para implementar os projetos financiados (R\$ 3,9 bilhões) superou o valor aplicado pelo Banco (R\$ 2,8 bilhões). A qualidade de vida dos trabalhadores, também, foi positivamente afetada pelos financiamentos concedidos pelo Banco, uma vez que a massa salarial, renda que remunera o trabalho, teve um incremento estimado de R\$ 2,6 bilhões. Estima-se, ainda, que os empreendimentos financiados possibilitaram a geração de aproximadamente 444.068 postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos, o que significa que cada posto de trabalho foi derivado de aproximadamente R\$ 6.267,1 financiados.

Mais informações acerca dos impactos econômico-financeiros gerados pela atuação do Banco na Região Amazônica podem ser consultadas no Relatório das Aplicações de Recursos de todas as fontes (exercício 2016), disponibilizado no site institucional, no endereço www.bancoamazonia.com.br.

5. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

Alinhado aos princípios do Acordo de Basiléia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, o Banco da Amazônia possui estrutura de gestão de riscos corporativos que permeia todas as unidades gerenciadoras de processo/riscos, e tem como objetivo mitigar os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a otimizar as oportunidades e manter sob controle os efeitos negativos proporcionando maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimizando a relação “risco versus retorno”.

O Banco aplica uma estrutura integrada de gestão de riscos e controles baseada no modelo das três linhas de defesa. Esta estrutura busca identificar, avaliar, gerenciar e monitorar os riscos e controles de forma integrada. Dessa

maneira, o modelo de três linhas de defesa culmina na definição de responsabilidades e atribuições de cada área dentro da estrutura do Banco.

O gerenciamento de riscos e de capital assume fundamental importância para o processo de tomada de decisão no Banco por proporcionar maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação “risco versus retorno”.

As principais políticas de gerenciamento de risco e controle do Banco estão segregadas em:

- Política de Risco de Crédito;
- Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA);
- Política de Riscos Corporativos;
- Política de Controles Internos;
- Política de Risco de Liquidez;
- Política de Risco de Mercado;
- Política de Gestão de Continuidade de Negócios;
- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital;
- Política de *Compliance*.

Mais informações acerca da estrutura de controles internos e gerenciamento de risco do Banco da Amazônia podem ser consultadas no item 5 do Formulário de Referência, disponibilizado no site institucional, no endereço www.bancoamazonia.com.br.

6. Fatores de risco

Os negócios do Banco da Amazônia, como de qualquer outra instituição financeira, podem ser afetados por qualquer fator de risco que venham a incidir sobre o segmento bancário. No entanto, o Banco possui políticas, procedimentos e instrumentos de controles e gestão de riscos que permitem a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos, onde estão claros os papéis e responsabilidades das unidades que participam dessa estrutura, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Mais informações acerca dos fatores de riscos associados ao Banco da Amazônia e ao ambiente em que está inserido podem ser consultadas no item 4 do Formulário de Referência disponibilizado no site institucional, no endereço www.bancoamazonia.com.br.



7. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O Banco da Amazônia, mesmo diante de cenários econômicos adversos, vivenciados por todas as empresas que atuam no setor financeiro, tem conseguido cumprir com a sua missão institucional evidenciado pelo desempenho alcançado nos últimos anos.

O Banco continua como o principal indutor do desenvolvimento regional, responsável por mais de 60% das iniciativas de negócios na Região e ocupa cada vez mais sua posição de importância para a Amazônia Brasileira e sua gente.

Mais informações acerca dos dados econômico-financeiros e do desempenho do Banco, além dos comentários da Administração podem ser consultadas no item 10 do Formulário de Referência disponibilizado no site institucional, no endereço www.bancoamazonia.com.br e no Relatório de Gestão do Banco disponível no site.

<https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml?jsessionid=g3AlUVDYbDdZ9q4oyVpWTug.host1d1:econtasWeb>

8. Políticas e práticas de governança corporativa

O Banco da Amazônia está alinhado com os critérios e ações de boas práticas de governança corporativa vigentes no mercado. Tanto o Estatuto Social da Instituição quanto os Regimentos Internos dos Conselhos de Administração e Fiscal e dos Comitês de Auditoria e Remuneração seguem os padrões de governança do mercado e dos órgãos superiores, sendo ultimadas as providências para atendimento de todas às exigências dispostas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016.

Em obediência às boas práticas de governança corporativa, o Banco da Amazônia adota como linhas mestras a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa, através de um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos, quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos empregados esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas.

O Banco adota regras de estrutura organizacional e um conjunto de políticas e procedimentos com a finalidade de prever, observar, dirigir e governar os eventos que possam impactar na consecução de seus objetivos estratégicos, na capacidade de realização de negócios seguros e em conformidade com as leis e regulamentos que regem a atividade bancária.

As práticas de governança corporativa são adotadas por todos os empregados do Banco da Amazônia, conforme suas funções e responsabilidades, devendo atuar em linhas de defesa e em coordenação com as boas práticas e com os objetivos organizacionais.

Mais informações acerca das Políticas e práticas de governança corporativa podem ser consultadas no item 12 do Formulário de Referência, disponibilizado no site institucional no endereço www.bancoamazonia.com.br.

9. Descrição da composição e da remuneração da administração

A política de remuneração dos Administradores do Banco da Amazônia considera as duas categorias distintas de administradores – os que compõem o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva do Banco, esta composta pelo Presidente e Diretores. Mesmo não se tratando de administradores, a política também trata da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

A política de remuneração tem por objetivo recompensar os administradores pela função exercida, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Em razão disto, a remuneração é diferenciada entre os administradores, uma vez que cada um é remunerado segundo a especificidade da natureza da função exercida. Dessa forma, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e o do Conselho Fiscal é composta unicamente por honorários, a remuneração da Diretoria Executiva inclui outros itens, como Remuneração Variável dos Administradores (RVA), Benefícios Diretos e Indiretos.

Por fim, para melhor entendimento quanto à política de remuneração dos Administradores do Banco da Amazônia, encontra-se no quadro a seguir a remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, relativa ao período 2015, 2016 e 2017.

Quadro: Remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia - Valores em R\$ 1,00

	Diretoria Executiva			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Nº de membros	6	6	6	6	6	6	4	4	4
Nº de membros remunerados	6	6	6	6	6	6	4	4	4
Valor da maior remuneração	444.655,68	475.915,04	452.060,03	40.844,43	42.780,15	40.643,07	40.844,43	42.780,15	40.643,07
Valor da menor remuneração	391.199,04	418.700,40	397.713,28	40.844,43	42.780,15	40.643,07	40.844,43	42.780,15	40.643,07
Valor médio da remuneração	400.108,48	428.236,17	406.771,07	40.844,43	42.780,15	40.643,07	40.844,43	42.780,15	40.643,07

Mais informações acerca da política de remuneração da administração do Banco da Amazônia podem ser consultadas nos itens 13.1, 13.2, 13.3, 13.11 e 13.13 do Formulário de Referência disponibilizado no site institucional, no endereço www.bancoamazonia.com.br.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2017, em conformidade com os incisos I e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

Em 18 de Dezembro de 2017.

CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO
Presidente

MARIVALDO GONÇALVES DE MELO
Conselheiro

IVANDRÉ MONTIEL DA SILVA
Conselheiro

FÁBIO RIBEIRO SERVO
Conselheiro

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
Conselheiro

WILSON CARVALHO DA SILVA JÚNIOR
Conselheiro